

Erratas – RAF nº 101

Data da correção: 25 de junho de 2025

Correção textual na página 6

Na página nº 6, onde se lia:

A revisão realizada pela IFI nas projeções de receitas, no curto prazo, mantém a receita primária líquida do governo central em 17,3% do PIB, em 2025, e 17,2% do PIB no próximo ano.

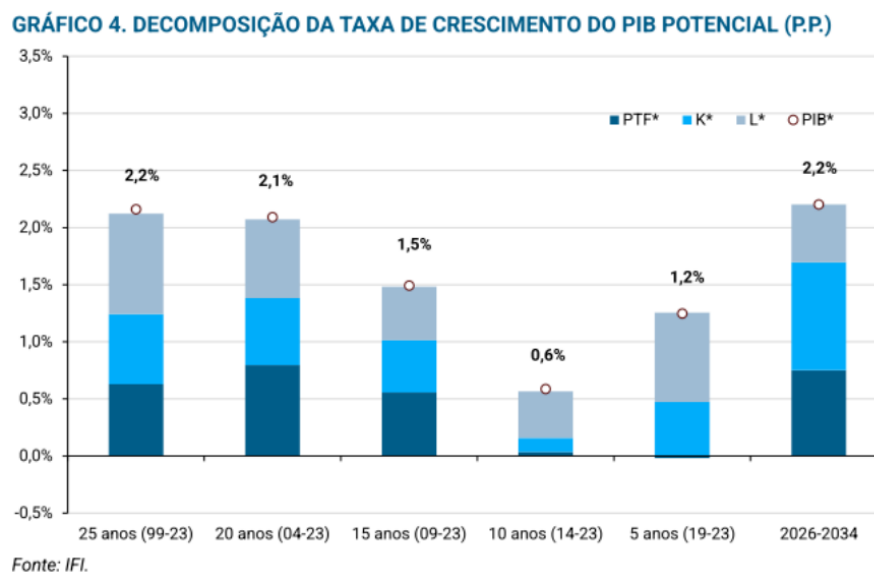
Agora se lê:

A revisão realizada pela IFI nas projeções de receitas, no curto prazo, mantém a receita primária líquida do governo central em 18,3% do PIB, em 2025, e 18,2% do PIB no próximo ano.

Correção de gráfico na página 13

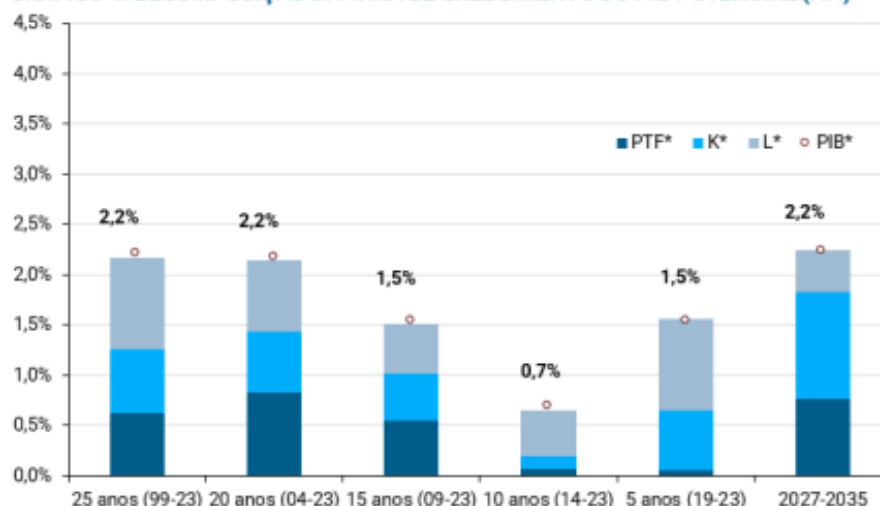
Na página 13, alterado o Gráfico 4 em razão de erros de vínculos na planilha.

Onde se lia:



Agora se lê:

GRÁFICO 4. DECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB POTENCIAL (P.P.)



Fonte: IFI.

Correção ortográfica na página 19

Na página nº 19, onde se lia:

Uma última consideração necessária se relaciona a eventuais recolhimentos extraordinários de recursos provenientes da exploração de petróleo. Nas últimas semanas, tem sido noticiada a possibilidade de o governo obter uma arrecadação extraordinária de até R\$ 35,0 bilhões, sendo R\$ 20,0 bilhões em 2025, e R\$ 15,0 bilhões em 2026²⁷.

Agora se lê:

Uma última consideração necessária se relaciona a eventuais recolhimentos extraordinários de recursos provenientes da exploração de petróleo. Nas últimas semanas, tem sido noticiada a possibilidade de o governo obter uma arrecadação extraordinária de até R\$ 35,0 bilhões, sendo R\$ 20,0 bilhões em 2025, e R\$ 15,0 bilhões em 2026²⁷.

Data da correção: 16 de julho de 2025

Correção de valores na despesa primária e no resultado primário

Em razão de erros de vínculo na planilha de despesa primária, os valores de abatimento da despesa primária para fins de cumprimento tiveram que ser reajustados. Isso diminuiu a despesa primária estimada para o exercício de 2025 em R\$ 5,0 bilhões em razão da necessidade de novas contenções de despesa primária.

Na página 4, onde se lia:

A combinação descrita da queda de receitas, em proporção do PIB, e de aumento das despesas, leva a projeções de déficits primários permanentes e crescentes entre 2025 e 2035. Para 2025, a IFI estima um déficit primário de 0,66% do PIB, que tenderá a 3,0%, em 2032, e 2,7% em 2035.

Em 2025, com os abatimentos legais permitidos e usufruindo da margem de tolerância prevista no arcabouço fiscal, a meta fiscal será cumprida no limite, mas distante do centro da meta. A IFI estima que não serão necessários novos contingenciamentos, além dos R\$ 20,7 bilhões já anunciados. O alcance do centro da meta de 2025 exigiria uma necessidade de contingenciamento adicional de R\$ 30,9 bilhões. Um pequeno bloqueio adicional será necessário para o enquadramento dentro do limite de gastos. No entanto, os R\$ 83,1 bilhões de déficit primário, no presente ano, repercutirão integralmente no crescimento da dívida pública.

Agora se lê:

A combinação descrita da queda de receitas, em proporção do PIB, e de aumento das despesas, leva a projeções de déficits primários permanentes e crescentes entre 2025 e 2035. Para 2025, a IFI estima um déficit primário de 0,62% do PIB, que tenderá a 2,9%, em 2032, e 2,7% em 2035.

Em 2025, com os abatimentos legais permitidos e usufruindo da margem de tolerância prevista no arcabouço fiscal, a meta fiscal será cumprida no limite, mas distante do centro da meta. A IFI estima que seria necessário um novo contingenciamento, além dos R\$ 20,7 bilhões já anunciados. O alcance do centro da meta de 2025 exigiria uma necessidade de contingenciamento adicional de R\$ 30,9 bilhões. Um pequeno bloqueio adicional será necessário para o enquadramento dentro do limite de gastos. No entanto, os R\$ 78,1 bilhões de déficit primário, no presente ano, repercutirão integralmente no crescimento da dívida pública.

Na página 7, onde se lia:

Apesar do anúncio de contenção de R\$ 31,3 bilhões no orçamento de 2025, a despesa primária aumentou R\$ 5,1 bilhões e o déficit primário cresceu R\$ 46,7 bilhões no RARDP do 2º Bimestre de 2025 em relação ao previsto na LOA. A IFI aponta a necessidade de bloqueio adicional de R\$ 3,9 bilhões devido à subestimação de despesas obrigatórias. Ainda assim, a meta fiscal de 2025 pode ser formalmente cumprida, por uma margem estreita, sem necessidade de contingenciamento adicional

Agora se lê:

Apesar do anúncio de contenção de R\$ 31,3 bilhões no orçamento de 2025, a despesa primária aumentou R\$ 5,1 bilhões e o déficit primário cresceu R\$ 46,7 bilhões no RARDP do 2º Bimestre de 2025 em relação ao previsto na LOA. A IFI aponta a necessidade de bloqueio adicional de R\$ 3,9 bilhões devido à subestimação de despesas obrigatórias. Ainda assim, a meta fiscal de 2025

pode ser formalmente cumprida, por uma margem estreita, com um contingenciamento adicional.

Na página 26, onde se lia:

Inicialmente, cabe destacar que a projeção da IFI para a despesa primária total é de R\$ 2.398,3 bilhões (18,9% do PIB), valor em linha com o previsto pelo Poder Executivo no RARDP do 2º bimestre, que é de R\$ 2.394,7 bilhões (18,9% do PIB), uma diferença de R\$ 3,6 bilhões.

Agora se lê:

Inicialmente, cabe destacar que a projeção da IFI para a despesa primária total é de R\$ 2.393,3 bilhões (18,9% do PIB), valor em linha com o previsto pelo Poder Executivo no RARDP do 2º bimestre, que é de R\$ 2.394,7 bilhões (18,9% do PIB), uma diferença de R\$ 1,4 bilhões.

Na página 28, onde se lia:

No que se refere às despesas sujeitas à programação financeira, a grande divergência de R\$ 12,2 bilhões a maior, entre os números da IFI, de R\$ 565,3 bilhões (4,5% do PIB), ante os números do RARDP, de R\$ 553,1 bilhões (4,4% do PIB), deve-se às despesas obrigatórias com controle de fluxo, avaliadas em R\$ 375,8 bilhões (3,0% do PIB) pela IFI e em R\$ 363,3 bilhões (2,9% do PIB) no relatório bimestral, uma diferença de R\$ 12,5 bilhões.

...

Por fim, destacam-se as despesas discricionárias não rígidas, estimadas pela IFI em R\$ 107,6 bilhões (0,8% do PIB), pouco acima dos R\$ 101,5 bilhões previstos no bimestral (0,8% do PIB), que estão projetadas próximo ao limite mínimo de despesas necessário para a manutenção da máquina pública, estimado em 0,7% do PIB pela IFI.

Agora se lê:

No que se refere às despesas sujeitas à programação financeira, a grande divergência de R\$ 7,2 bilhões a maior, entre os números da IFI, de R\$ 560,3 bilhões (4,4% do PIB), ante os números do RARDP, de R\$ 553,1 bilhões (4,4% do PIB), deve-se às despesas obrigatórias com controle de fluxo, avaliadas em R\$ 375,8 bilhões (3,0% do PIB) pela IFI e em R\$ 363,3 bilhões (2,9% do PIB) no relatório bimestral, uma diferença de R\$ 12,5 bilhões.

...

Por fim, destacam-se as despesas discricionárias não rígidas, estimadas pela IFI em R\$ 102,6 bilhões (0,8% do PIB), pouco acima dos R\$ 101,5 bilhões previstos no bimestral (0,8% do PIB), que estão projetadas próximo ao limite mínimo de despesas necessário para a manutenção da máquina pública, estimado em 0,7% do PIB pela IFI.

Na página 30, onde se lia:

Conforme a Tabela 6, exibida anteriormente, antes dos abatimentos previstos nas regras fiscais, **a IFI projeta um déficit primário de R\$ 83,1 bilhões para o exercício de 2025, o que equivale a 0,66% do PIB**. Após a utilização dos abatimentos previstos, no valor total de R\$ 54,9 bilhões, e o limite inferior da meta, no valor de R\$ 30,9 bilhões, **espera-se que a meta de resultado do exercício seja cumprida por uma margem de R\$ 2,8 bilhões**.

Os ajustes da meta são provenientes da utilização da margem inferior de 0,25% do PIB, introduzida pelo novo arcabouço fiscal no art. 4º, § 5º, IV da LRF, e a exclusão das despesas com sentenças judiciais e precatórios superiores ao antigo sublimite de precatórios, projetados pela IFI em R\$ 52,9 bilhões, R\$ 7,6⁴⁶ bilhões acima dos R\$ 45,3 bilhões estimados no RARDP do 2º bimestre.

Agora se lê:

Conforme a Tabela 6, exibida anteriormente, antes dos abatimentos previstos nas regras fiscais, **a IFI projeta um déficit primário de R\$ 78,1 bilhões para o exercício de 2025, o que equivale a 0,62% do PIB**. Após a utilização dos abatimentos previstos, no valor total de R\$ 47,3 bilhões, e o

limite inferior da meta, no valor de R\$ 30,9 bilhões, **espera-se que a meta de resultado do exercício seja cumprida após uma contenção de R\$ 5,0 bilhões.**

Os ajustes da meta são provenientes da utilização da margem inferior de 0,25% do PIB, introduzida pelo novo arcabouço fiscal no art. 4º, § 5º, IV da LRF, e a exclusão das despesas com sentenças judiciais e precatórios superiores ao antigo sublimite de precatórios, projetados pela IFI em R\$ 45,3 bilhões.

Na página 30, foi removida a nota de rodapé 46:

⁴⁶ Essa diferença se deve a projeção a maior de precatórios com benefícios previdenciários já reconhecidos no RARDP do 2º bimestre, mas que ainda não tiveram os créditos suplementados na LOA.

Na página 35, onde se lia:

Conforme visto, no cenário base, as metas de resultado primário seriam atingidas em 2025 no limite inferior da meta, em função do contingenciamento de R\$ 20,7 bilhões já anunciado no RARDP do 2º bimestre de 2025. **Para 2026, o contingenciamento necessário seria de R\$ 75,9 bilhões, o que é inviável, pois deixaria o nível da despesa discricionária abaixo do mínimo necessário para o funcionamento da máquina pública.**

...

No cenário otimista, a meta seria atingida no centro em 2025, sendo necessário um contingenciamento de R\$ 27,3 bilhões em 2026 para o atingimento no limite inferior. Já no cenário pessimista as metas seriam inatingíveis, mesmo no limite inferior, tanto em 2025, por uma margem de R\$ 28,9 bilhões, quanto em 2026, por R\$ 138,5 bilhões.

Agora se lê:

Conforme visto, no cenário base, as metas de resultado primário seriam atingidas em 2025 no limite inferior da meta, em função do contingenciamento de R\$ 20,7 bilhões já anunciado no RARDP do 2º bimestre de 2025. **Para 2026, o contingenciamento necessário seria de R\$ 78,2 bilhões, o que é inviável, pois deixaria o nível da despesa discricionária abaixo do mínimo necessário para o funcionamento da máquina pública.**

...

No cenário otimista, a meta seria atingida no centro em 2025, sendo necessário um contingenciamento de R\$ 29,8 bilhões em 2026 para o atingimento no limite inferior. Já no cenário pessimista as metas seriam inatingíveis, mesmo no limite inferior, tanto em 2025, por uma margem de R\$ 31,5 bilhões, quanto em 2026, por R\$ 140,1 bilhões.

Na página 38, onde se lia:

Em relação à meta de resultado primário, a IFI projeta um déficit de R\$ 83,1 bilhões em 2025 (0,66% do PIB). Após os abatimentos legais permitidos, como a exclusão de precatórios acima do subteto, e o uso do limite inferior da meta (0,25 p.p. do PIB), a meta seria cumprida com uma margem estreita de R\$ 2,8 bilhões. Esse cumprimento depende, em parte, da compensação entre orçamentos fiscais e de investimento, conforme previsto na LDO, e não exigiria novo contingenciamento além dos valores já anunciados no RARDP do 2º bimestre de 2025.

Agora se lê:

Em relação à meta de resultado primário, a IFI projeta um déficit de R\$ 78,1 bilhões em 2025 (0,62% do PIB). Após os abatimentos legais permitidos, como a exclusão de precatórios acima do subteto, e o uso do limite inferior da meta (0,25 p.p. do PIB), a meta seria cumprida. Esse cumprimento depende, em parte, da compensação entre orçamentos fiscais e de investimento,

conforme previsto na LDO, e exigiria um novo contingenciamento além dos valores já anunciados no RARDP do 2º bimestre de 2025.

Na página 39, onde se lia:

As metas do PLDO 2026 para o horizonte 2026 a 2029 são avaliadas como inatingíveis. No cenário base, o contingenciamento necessário para atingir a meta seria de R\$ 75,9 bilhões, o que reduziria as despesas discricionárias a um nível insustentável. Dessa forma, nas contas da IFI e mantidas as atuais metas fiscais fixadas nas diretrizes orçamentárias, é provável que o Poder Executivo tenha que buscar novas fontes de receita e/ou de contenção de despesas para evitar um colapso da capacidade administrativa do Estado já a partir do próximo exercício.

Agora se lê:

As metas do PLDO 2026 para o horizonte 2026 a 2029 são avaliadas como inatingíveis. No cenário base, o contingenciamento necessário para atingir a meta seria de R\$ 78,2 bilhões, o que reduziria as despesas discricionárias a um nível insustentável. Dessa forma, nas contas da IFI e mantidas as atuais metas fiscais fixadas nas diretrizes orçamentárias, é provável que o Poder Executivo tenha que buscar novas fontes de receita e/ou de contenção de despesas para evitar um colapso da capacidade administrativa do Estado já a partir do próximo exercício.

Correção de valores nos gráficos e tabelas de despesa primária e resultado primário

Nas páginas 26 e 27, onde se lia:

TABELA 6. EVOLUÇÃO DAS ESTIMATIVAS PARA OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA DESPESA PRIMÁRIA

Rubrica	Realizado 2024			LOA 2025			2º RARDP (MAI/2025)		IFI 2025 (JUN/2025)		Dif. 2º RARDP (MAI/2025) - IFI 2025 (JUN/2025)	
	R\$ Bl.	% PIB	Part. %	R\$ Bl.	% PIB		R\$ Bl.	% PIB	R\$ Bl.	% PIB	R\$ Bl.	% PIB
Receita Primária Total	2.679,4	22,8	100,0	2.930,3	23,3		2.899,0	22,9	2.891,6	22,8	7,4	0,1
Transferências aos Estados e Municípios	517,7	4,4	19,3	570,2	4,5		580,6	4,6	576,4	4,5	4,2	0,0
Receita Primária Líquida de Transferências	2.161,8	18,4	80,7	2.360,1	18,7		2.318,4	18,3	2.315,2	18,3	3,2	0,0
Despesa Primária Total	2.204,7	18,8	100,0	2.389,6	19,0		2.394,7	18,9	2.398,3	18,9	-3,6	0,0
Benefícios Previdenciários	938,5	8,0	43,1	1.015,4	8,1		1.032,0	8,1	1.037,1	8,2	-5,1	0,0
Pessoal e Encargos Sociais	367,4	3,1	16,7	411,7	3,3		411,6	3,2	392,7	3,1	18,9	0,1
Outras Despesas Obrigatórias	358,4	3,1	15,4	378,8	3,0		397,9	3,1	403,1	3,2	-5,3	0,0
Abono Salarial e Seguro Desemprego	80,7	0,7	3,7	88,1	0,7		88,6	0,7	90,5	0,7	-1,9	0,0
Apoio Financeiro aos Estados e Municípios	1,7	0,0	0,2	4,8	0,0		4,4	0,0	4,3	0,0	0,0	0,0
Benefícios de Prestação Continuada (LOAS/BPC)	111,1	0,9	5,2	119,1	0,9		121,8	1,0	126,0	1,0	-4,2	0,0
Créditos Extraordinários	25,7	0,2	1,2	0,0	0,0		7,2	0,1	8,0	0,1	-0,8	0,0
Complementação da União ao Fundeb	47,5	0,4	2,3	57,0	0,5		59,1	0,5	59,5	0,5	-0,4	0,0
FCDF (Custeio e Capital)	4,8	0,0	0,2	4,8	0,0		4,8	0,0	5,5	0,0	-0,7	0,0
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	19,6	0,2	0,9	20,4	0,2		20,5	0,2	20,4	0,2	0,0	0,0
Lei Kandir	4,0	0,0	0,2	4,0	0,0		4,0	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	34,3	0,3	0,2	47,1	0,4		48,5	0,4	48,2	0,4	0,3	0,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	17,8	0,2	0,8	26,1	0,2		31,9	0,3	30,2	0,2	1,7	0,0
Outras Despesas Obrigatórias	11,1	0,1	0,5	7,4	0,1		7,1	0,1	6,4	0,1	0,7	0,0
Despesas Sujeitas à Programação Financeira	540,4	4,6	24,8	583,7	4,6		553,1	4,4	565,3	4,5	-12,2	-0,1
Obrigatórias com Controle de Fluxo	356,7	3,0	16,4	362,6	2,9		363,3	2,9	375,8	3,0	-12,5	-0,1
Benefícios a servidores públicos	18,7	0,2	0,9	22,6	0,2		21,9	0,2	21,1	0,2	0,8	0,0
Programa Bolsa Família	168,0	1,4	7,6	158,6	1,3		158,6	1,3	164,0	1,3	-5,4	0,0
Saúde	152,4	1,3	7,2	163,2	1,3		163,2	1,3	171,6	1,4	-8,4	-0,1
Educação	8,0	0,1	0,4	8,4	0,1		8,4	0,1	9,1	0,1	-0,8	0,0
Demais	9,6	0,1	0,4	9,7	0,1		11,2	0,1	9,9	0,1	1,3	0,0
Despesas Discricionárias	183,7	1,6	8,4	221,2	1,8		189,8	1,5	189,5	1,5	0,3	0,0
Saúde	51,4	0,4	2,3	61,4	0,5		60,0	0,5	51,8	0,4	8,2	0,1
Educação	28,6	0,2	1,3	33,8	0,3		23,9	0,2	30,1	0,2	-6,2	0,0
Outras Despesas Discricionárias	103,7	0,9	4,8	125,9	1,0		105,9	0,8	107,6	0,8	-1,7	0,0
Resultado Primário Acima da Linha	-42,9	-0,37		-29,6	-0,20		-76,3	-0,60	-83,1	-0,66	6,8	0,05

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e IFI. Elaboração: IFI.

Agora se lê:

TABELA 6. EVOLUÇÃO DAS ESTIMATIVAS PARA OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA DESPESA PRIMÁRIA

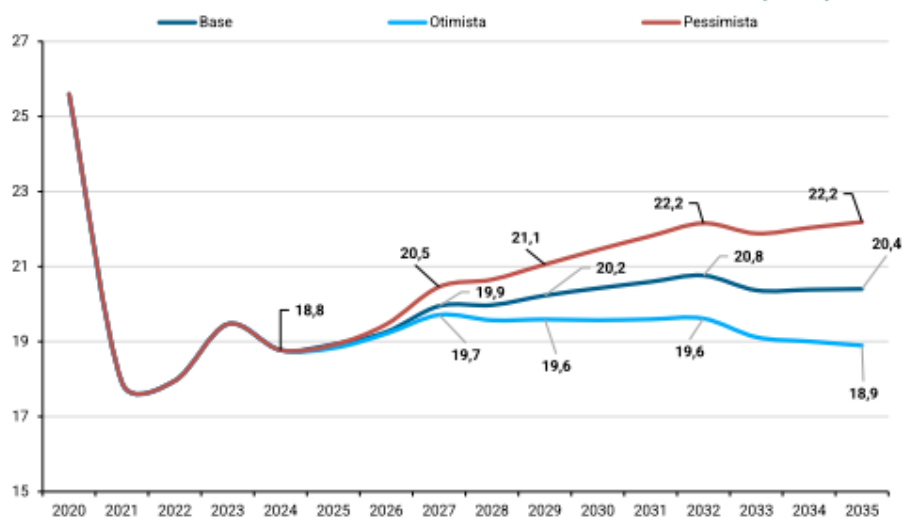
Rubrica	Realizado 2024			LOA 2025		2º RARDP (MAI/2025)		IFI 2025 (JUN/2025)		Dif. 2º RARDP (MAI/2025) - IFI 2025 (JUN/2025)	
	R\$ Bl.	% PIB	Part. %	R\$ Bl.	% PIB	R\$ Bl.	% PIB	R\$ Bl.	% PIB	R\$ Bl.	% PIB
Receita Primária Total	2.679,4	22,8	100,0	2.930,3	23,3	2.899,0	22,9	2.891,6	22,8	7,4	0,1
Transferências aos Estados e Municípios	517,7	4,4	19,3	570,2	4,5	580,6	4,6	576,4	4,5	4,2	0,0
Receita Primária Líquida de Transferências	2.161,8	18,4	80,7	2.360,1	18,7	2.318,4	18,3	2.315,2	18,3	3,2	0,0
Despesa Primária Total	2.204,7	18,8	100,0	2.389,6	19,0	2.394,7	18,9	2.393,3	18,9	1,4	0,0
Benefícios Previdenciários	938,5	8,0	43,1	1.015,4	8,1	1.032,0	8,1	1.037,1	8,2	-5,1	0,0
Pessoal e Encargos Sociais	367,4	3,1	16,7	411,7	3,3	411,6	3,2	392,7	3,1	18,9	0,1
Outras Despesas Obrigatórias	358,4	3,1	15,4	378,8	3,0	397,9	3,1	403,1	3,2	-5,3	0,0
Abono Salarial e Seguro Desemprego	80,7	0,7	3,7	88,1	0,7	88,6	0,7	90,5	0,7	-1,9	0,0
Apoio Financeiro aos Estados e Municípios	1,7	0,0	0,2	4,8	0,0	4,4	0,0	4,3	0,0	0,0	0,0
Benefícios de Prestação Continuada (LOAS/BPC)	111,1	0,9	5,2	119,1	0,9	121,8	1,0	126,0	1,0	-4,2	0,0
Créditos Extraordinários	25,7	0,2	1,2	0,0	0,0	7,2	0,1	8,0	0,1	-0,8	0,0
Complementação da União ao Fundeb	47,5	0,4	2,3	57,0	0,5	59,1	0,5	59,5	0,5	-0,4	0,0

Rubrica	Realizado 2024			LOA 2025		2º RARDP (MAI/2025)		IFI 2025 (JUN/2025)		Dif. 2º RARDP (MAI/2025) - IFI 2025 (JUN/2025)	
	R\$ Bl.	% PIB	Part. %	R\$ Bl.	% PIB	R\$ Bl.	% PIB	R\$ Bl.	% PIB	R\$ Bl.	% PIB
FCDF (Custeio e Capital)	4,8	0,0	0,2	4,8	0,0	4,8	0,0	5,5	0,0	-0,7	0,0
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	19,6	0,2	0,9	20,4	0,2	20,5	0,2	20,4	0,2	0,0	0,0
Lei Kandir	4,0	0,0	0,2	4,0	0,0	4,0	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	34,3	0,3	0,2	47,1	0,4	48,5	0,4	48,2	0,4	0,3	0,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	17,8	0,2	0,8	26,1	0,2	31,9	0,3	30,2	0,2	1,7	0,0
Outras Despesas Obrigatórias	11,1	0,1	0,5	7,4	0,1	7,1	0,1	6,4	0,1	0,7	0,0
Despesas Sujeitas à Programação Financeira	540,4	4,6	24,8	583,7	4,6	553,1	4,4	560,3	4,4	-7,2	-0,1
Obrigatórias com Controle de Fluxo	356,7	3,0	16,4	362,6	2,9	363,3	2,9	375,8	3,0	-12,5	-0,1
Benefícios a servidores públicos	18,7	0,2	0,9	22,6	0,2	21,9	0,2	21,1	0,2	0,8	0,0
Programa Bolsa Família	168,0	1,4	7,6	158,6	1,3	158,6	1,3	164,0	1,3	-5,4	0,0
Saúde	152,4	1,3	7,2	163,2	1,3	163,2	1,3	171,6	1,4	-8,4	-0,1
Educação	8,0	0,1	0,4	8,4	0,1	8,4	0,1	9,1	0,1	-0,8	0,0
Demais	9,6	0,1	0,4	9,7	0,1	11,2	0,1	9,9	0,1	1,3	0,0
Despesas Discricionárias	183,7	1,6	8,4	221,2	1,8	189,8	1,5	184,5	1,5	5,3	0,0
Saúde	51,4	0,4	2,3	61,4	0,5	55,1	0,4	51,8	0,4	3,3	0,0
Educação	28,6	0,2	1,3	33,8	0,3	33,2	0,3	30,1	0,2	3,1	0,0
Outras Despesas Discricionárias	103,7	0,9	4,8	125,9	1,0	101,5	0,8	102,6	0,8	-1,1	0,0
Resultado Primário Acima da Linha	-42,9	-0,37		-29,6	-0,20	-76,3	-0,60	-78,1	-0,62	1,8	0,0

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e IFI. Elaboração: IFI.

Na página 33, onde se lia:

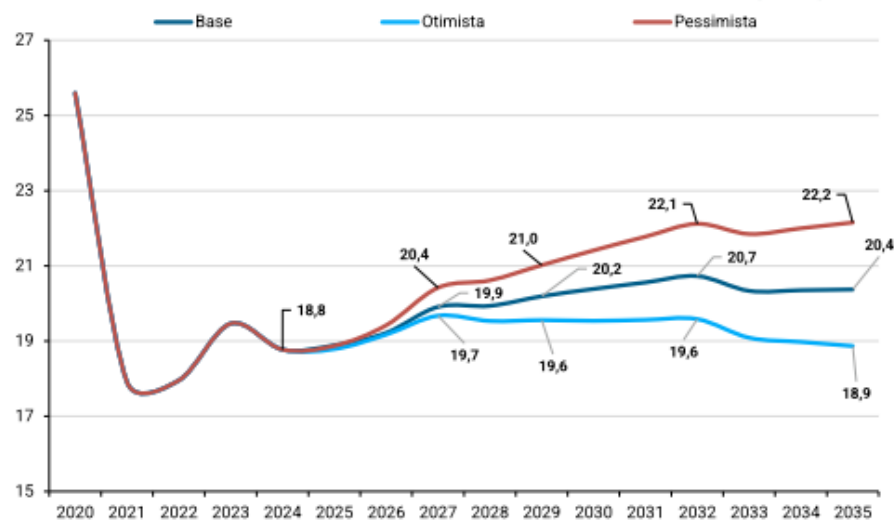
GRÁFICO 6. CENÁRIOS DA IFI PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS DA UNIÃO (% PIB)



Fontes: STN e IFI. Elaboração: IFI.

Agora se lê:

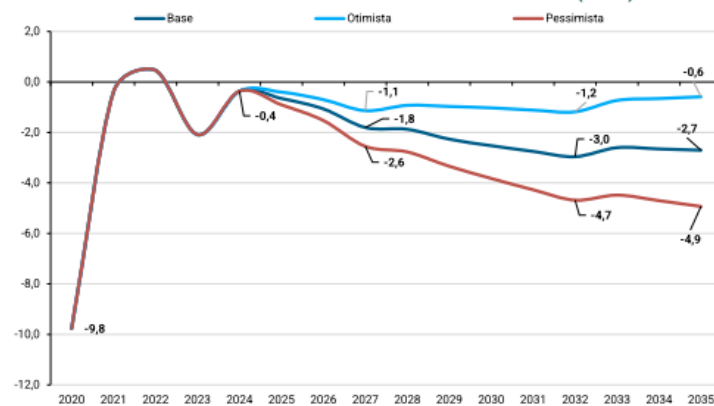
GRÁFICO 6. CENÁRIOS DA IFI PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS DA UNIÃO (% PIB)



Fontes: STN e IFI. Elaboração: IFI.

Na página 34, onde se lia:

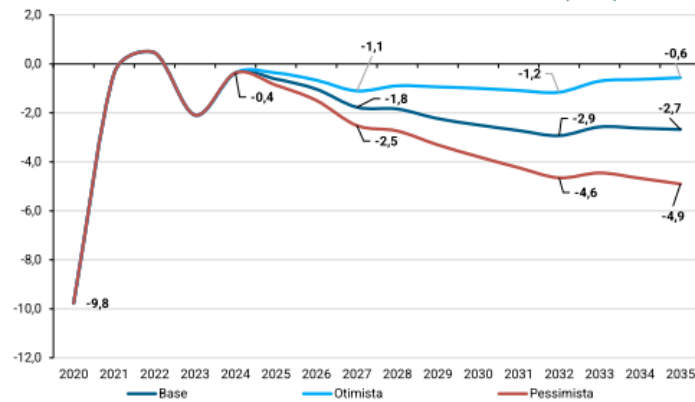
GRÁFICO 7. CENÁRIOS DA IFI PARA RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (% PIB)



Fontes: STN e IFI. Elaboração: IFI.

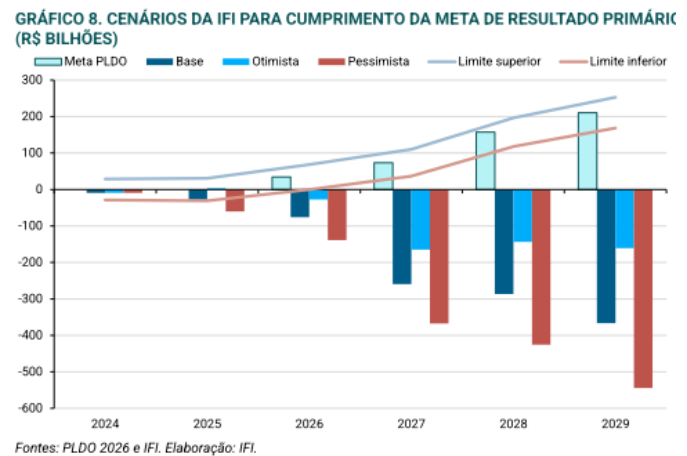
Agora se lê:

GRÁFICO 7. CENÁRIOS DA IFI PARA RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (% PIB)

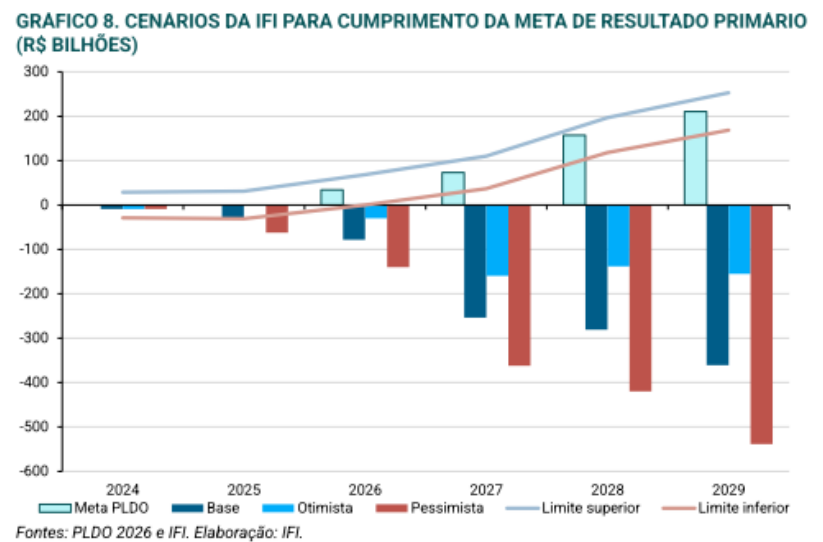


Fontes: STN e IFI. Elaboração: IFI.

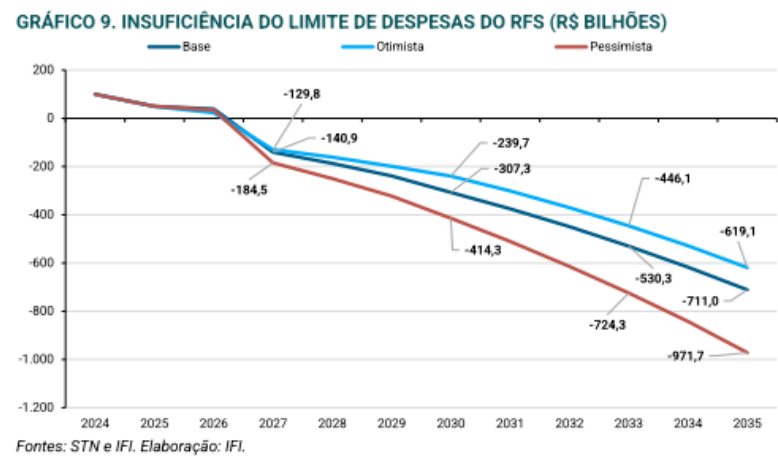
Na página 35, onde se lia:



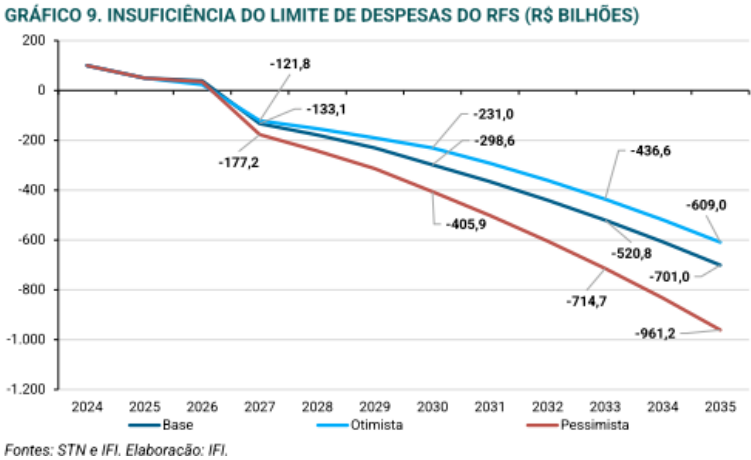
Agora se lê:



Na página 37, onde se lia:



Agora se lê:



Atualização nas tabelas de projeções fiscais

As tabelas de projeções fiscais, entre as páginas 49 a 52, foram atualizadas.

No resultado primário do governo central, foram atualizadas nas rubricas de Despesa Primária, Despesas discricionárias e resultado primário do governo central.

Na página 49, onde se lia:

TABELA 12. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)												
Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,8	22,8	22,8	22,7	22,7	22,5	22,5	22,4	22,4	22,3	22,3	22,2
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,5	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6
Receita Líquida	18,4	18,3	18,2	18,1	18,1	18,0	17,9	17,8	17,8	17,8	17,7	17,7
Despesa Primária	18,8	18,9	19,3	19,9	20,0	20,2	20,4	20,6	20,8	20,4	20,4	20,4
Obrigatória	17,2	17,4	17,8	18,5	18,5	18,8	19,0	19,2	19,4	19,0	19,1	19,1
Benefícios previdenciários	8,0	8,2	8,5	9,0	9,1	9,3	9,3	9,4	9,5	9,5	9,6	9,7
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,1	3,1	3,0	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7	2,7	2,6
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,0	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3
Resultado primário	-0,4	-0,7	-1,1	-1,8	-1,9	-2,3	-2,5	-2,8	-3,0	-2,6	-2,7	-2,7
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.744,7	12.671,5	13.478,7	14.364,7	15.277,4	16.164,8	17.108,7	18.106,1	19.162,3	20.286,0	21.469,5	22.715,7

Agora se lê:

TABELA 12. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,8	22,8	22,8	22,7	22,7	22,5	22,5	22,4	22,4	22,3	22,3	22,2
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,5	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6
Receita Líquida	18,4	18,3	18,2	18,1	18,1	18,0	17,9	17,8	17,8	17,8	17,7	17,7
Despesa Primária	18,8	18,9	19,2	19,9	19,9	20,2	20,4	20,6	20,7	20,3	20,4	20,4
Obrigatória	17,2	17,4	17,8	18,5	18,5	18,8	19,0	19,2	19,4	19,0	19,1	19,1
Benefícios previdenciários	8,0	8,2	8,5	9,0	9,1	9,2	9,3	9,4	9,5	9,5	9,6	9,7
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,1	3,1	3,0	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7	2,7	2,6
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,0	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Resultado primário	-0,4	-0,6	-1,0	-1,8	-1,8	-2,2	-2,5	-2,7	-2,9	-2,6	-2,6	-2,7
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.744,7	12.671,5	13.478,7	14.364,7	15.277,4	16.164,8	17.108,7	18.106,1	19.162,3	20.284,0	21.469,5	22.715,7

Na página 50, onde se lia:

TABELA 13. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,8	23,0	23,2	23,3	23,4	23,4	23,3	23,3	23,2	23,2	23,1	23,1
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,6	4,7	4,7	4,7	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Receita Líquida	18,4	18,4	18,5	18,6	18,6	18,6	18,5	18,5	18,4	18,4	18,3	18,3
Despesa Primária	18,8	18,8	19,2	19,7	19,6	19,6	19,6	19,6	19,6	19,1	19,0	18,9
Obrigatória	17,2	17,3	17,7	18,3	18,1	18,2	18,2	18,2	18,3	17,8	17,7	17,6
Benefícios previdenciários	8,0	8,1	8,4	8,9	8,9	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,7	2,6	2,5	2,4	2,3	2,2
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,1	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,5	0,6	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2
Resultado primário	-0,4	-0,4	-0,7	-1,1	-0,9	-1,0	-1,0	-1,1	-1,2	-0,7	-0,7	-0,6
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.744,7	12.739,0	13.582,7	14.501,6	15.492,8	16.563,0	17.719,6	18.957,2	20.284,0	21.711,7	23.235,3	24.860,8

Agora se lê:

TABELA 13. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,8	23,0	23,2	23,3	23,4	23,4	23,3	23,3	23,2	23,2	23,1	23,1
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,6	4,7	4,7	4,7	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Receita Líquida	18,4	18,4	18,5	18,6	18,6	18,6	18,5	18,5	18,4	18,4	18,3	18,3
Despesa Primária	18,8	18,8	19,2	19,7	19,5	19,6	19,5	19,6	19,6	19,1	19,0	18,9
Obrigatória	17,2	17,3	17,7	18,3	18,1	18,2	18,2	18,2	18,3	17,8	17,7	17,6
Benefícios previdenciários	8,0	8,1	8,4	8,9	8,9	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,1	3,0	2,9	2,8	2,7	2,7	2,6	2,5	2,4	2,3	2,2
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,1	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	0,5	0,6	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2
Resultado primário	-0,4	-0,4	-0,7	-1,1	-0,9	-0,9	-1,0	-1,1	-1,2	-0,7	-0,6	-0,6
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.744,7	12.739,0	13.582,7	14.501,6	15.492,8	16.563,0	17.719,6	18.957,2	20.284,0	21.711,7	23.235,3	24.860,8

Na página 51, onde se lia:

TABELA 14. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,8	22,5	22,5	22,5	22,4	22,2	22,1	22,0	21,9	21,8	21,7	21,5
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,5	4,6	4,6	4,5	4,5	4,5	4,4	4,4	4,4	4,3	4,3
Receita Líquida	18,4	18,0	17,9	17,9	17,9	17,7	17,6	17,5	17,5	17,4	17,3	17,3
Despesa Primária	18,8	18,9	19,5	20,5	20,7	21,1	21,4	21,8	22,2	21,9	22,0	22,2
Obrigatória	17,2	17,4	18,0	19,0	19,2	19,6	20,0	20,4	20,8	20,5	20,7	20,9
Benefícios previdenciários	8,0	8,2	8,5	9,2	9,4	9,6	9,8	10,0	10,2	10,3	10,4	10,6
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,0
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,1	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,6	1,6	1,7	1,7
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Saúde (obrigatória)	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Programa Bolsa Família	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3
Resultado primário	-0,4	-0,9	-1,5	-2,6	-2,8	-3,3	-3,8	-4,3	-4,7	-4,5	-4,7	-4,9
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.744,7	12.681,4	13.512,4	14.400,1	15.345,0	16.301,1	17.315,4	18.393,0	19.540,4	20.767,2	22.066,5	23.442,3

Agora se lê:

TABELA 14. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Receita Bruta	22,8	22,5	22,5	22,5	22,4	22,2	22,1	22,0	21,9	21,8	21,7	21,5
Transferências por repartição de receita a E&M	4,4	4,5	4,6	4,6	4,5	4,5	4,5	4,4	4,4	4,4	4,3	4,3
Receita Líquida	18,4	18,0	17,9	17,9	17,9	17,7	17,6	17,5	17,5	17,4	17,3	17,3
Despesa Primária	18,8	18,9	19,4	20,4	20,6	21,0	21,4	21,8	22,1	21,8	22,0	22,2
Obrigatória	17,2	17,4	18,0	19,0	19,2	19,6	20,0	20,4	20,8	20,5	20,7	20,9
Benefícios previdenciários	8,0	8,2	8,5	9,2	9,4	9,6	9,8	10,0	10,2	10,3	10,4	10,6
Pessoal e encargos sociais	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,0
Benefícios de prestação continuada	0,9	1,0	1,1	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,6	1,6	1,7	1,7
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Complementação da União ao Fundeb	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Benefícios a servidores	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Saúde (obrigatória)	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Crédito extraordinário	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Programa Bolsa Família	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
Outras despesas obrigatórias	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3
Resultado primário	-0,4	-0,9	-1,5	-2,5	-2,7	-3,3	-3,8	-4,2	-4,6	-4,4	-4,7	-4,9
Memo:												
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.744,7	12.681,4	13.512,4	14.400,1	15.345,0	16.301,1	17.315,4	18.393,0	19.540,4	20.767,2	22.066,5	23.442,3

Na página 52, onde se lia:

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2025			2026		
	mai/25	jun/25	Comparação	mai/25	jun/25	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,0	2,4	▲	1,6	1,7	▲
PIB – nominal (R\$ bilhões)	12.607,0	12.671,5	▲	13.432,2	13.478,7	▲
IPCA – acum. (% no ano)	5,5	5,3	▼	4,4	4,3	▼
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,8	5,8	▼	6,0	5,9	▼
Ocupação - crescimento (%)	1,1	1,1	▲	0,9	0,9	▼
Massa salarial - crescimento (%)	3,6	3,4	▼	3,5	2,6	▼
Selic – fim de período (% a.a.)	15,3	14,8	▼	12,5	12,5	=
Juros reais ex-ante (% a.a.)	7,7	8,1	▲	6,2	7,1	▲
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,6	-0,7	▼	-1,0	-1,2	▼
dos quais governo central	-0,5	-0,7	▼	-1,0	-1,1	▼
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	8,1	8,4	▲	8,2	8,3	▲
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,7	-9,1	▼	-9,2	-9,5	▼
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	79,8	77,6	▼	84,0	82,4	▼

MÉDIO PRAZO

	Projeções											
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
PIB – crescimento real (% a.a.)	3,40	2,37	1,70	2,03	2,21	2,23	2,26	2,25	2,25	2,28	2,26	2,23
PIB – nominal (R\$ bilhões)	11.745	12.672	13.479	14.365	15.277	16.165	17.109	18.106	19.162	20.286	21.470	22.716
IPCA – acum. (% no ano)	4,83	5,28	4,31	4,11	3,56	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	6,19	5,78	5,91	6,04	6,14	6,20	6,26	6,32	6,39	6,45	6,51	6,58
Ocupação - crescimento (%)	2,85	1,10	0,85	1,08	1,17	1,18	1,20	1,19	1,19	1,21	1,20	1,18
Massa salarial - crescimento (%)	7,60	3,43	2,56	2,03	2,21	2,23	2,26	2,25	2,25	2,28	2,26	2,23
Selic – fim de período (% a.a.)	12,25	14,75	12,50	11,00	9,50	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Juros reais ex-ante (% a.a.)	9,95	8,08	7,05	5,90	5,45	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,40	-0,69	-1,15	-1,86	-1,87	-2,27	-2,52	-2,75	-2,96	-2,60	-2,65	-2,71
dos quais Governo Central	-0,39	-0,66	-1,07	-1,81	-1,87	-2,27	-2,52	-2,75	-2,96	-2,60	-2,65	-2,71
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	8,09	8,41	8,32	8,21	7,92	7,74	7,55	7,44	7,30	7,12	6,95	7,04
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,50	-9,10	-9,47	-10,07	-9,79	-10,00	-10,07	-10,19	-10,26	-9,72	-9,61	-9,74
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	76,5	77,6	82,4	87,4	91,4	95,5	100,0	104,8	109,9	114,7	119,7	124,9

Agora se lê:

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2025			2026		
	mai/25	jun/25	Comparação	mai/25	jun/25	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,0	2,4	▲	1,6	1,7	▲
PIB – nominal (R\$ bilhões)	12.607,0	12.671,5	▲	13.432,2	13.478,7	▲
IPCA – acum. (% no ano)	5,5	5,3	▼	4,4	4,3	▼
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,8	5,8	▼	6,0	5,9	▼
Ocupação - crescimento (%)	1,1	1,1	▲	0,9	0,9	▼
Massa salarial - crescimento (%)	3,6	3,4	▼	3,5	2,6	▼
Selic – fim de período (% a.a.)	15,3	14,8	▼	12,5	12,5	=
Juros reais ex-ante (% a.a.)	7,7	8,1	▲	6,2	7,1	▲
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,6	-0,7	▼	-1,0	-1,2	▼
dos quais governo central	-0,5	-0,6	▼	-1,0	-1,0	▼
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	8,1	8,4	▲	8,2	8,3	▲
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,7	-9,1	▼	-9,2	-9,5	▼
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	79,8	77,6	▼	84,0	82,4	▼

MÉDIO PRAZO

	2024	Projeções											
		2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	
PIB – crescimento real (% a.a.)	3,40	2,37	1,70	2,03	2,21	2,23	2,26	2,25	2,25	2,28	2,26	2,23	
PIB – nominal (R\$ bilhões)	11.745	12.672	13.479	14.365	15.277	16.165	17.109	18.106	19.162	20.286	21.470	22.716	
IPCA – acum. (% no ano)	4,83	5,28	4,31	4,11	3,56	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	6,19	5,78	5,91	6,04	6,14	6,20	6,26	6,32	6,39	6,45	6,51	6,58	
Ocupação - crescimento (%)	2,85	1,10	0,85	1,08	1,17	1,18	1,20	1,19	1,19	1,21	1,20	1,18	
Massa salarial - crescimento (%)	7,60	3,43	2,56	2,03	2,21	2,23	2,26	2,25	2,25	2,28	2,26	2,23	
Selic – fim de período (% a.a.)	12,25	14,75	12,50	11,00	9,50	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	
Juros reais ex-ante (% a.a.)	9,95	8,08	7,05	5,90	5,45	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,40	-0,69	-1,15	-1,86	-1,87	-2,27	-2,52	-2,75	-2,96	-2,60	-2,65	-2,71	
dos quais Governo Central	-0,39	-0,62	-1,03	-1,77	-1,84	-2,23	-2,49	-2,72	-2,93	-2,57	-2,62	-2,67	
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	8,09	8,41	8,32	8,21	7,92	7,74	7,55	7,44	7,30	7,12	6,95	7,04	
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,50	-9,10	-9,47	-10,07	-9,79	-10,00	-10,07	-10,19	-10,26	-9,72	-9,61	-9,74	
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	76,5	77,6	82,4	87,4	91,4	95,5	100,0	104,8	109,9	114,7	119,7	124,9	

